

Notas sobre o Catolicismo em Fortaleza, da Transição Republicana ao Vaticano II

Ney de Souza
PUC-SP
nsouza@pucsp.br

Tiago Geyrdenn
Faculdade Católica de Fortaleza
tiagogeyrdenn@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar três situações entrelaçadas na formação da realidade econômica, política e religiosa do Ceará: catolicismo, realidade cearense e o episcopado do período. Marcada em sua contextura histórica pelo ultramontanismo, a arquidiocese de Fortaleza é herdeira do bispado do Ceará, fundado no período imperial, portanto, dentro do regime de padroado. Também é fortemente marcada por aspectos geográficos, como o fenômeno da seca. A seca não é um fenômeno simplesmente climático, mas também cultural, político e social, sendo, por vezes, incapaz de ser dissociado do *éthos* do cearense. Para compreender o processo histórico de desenvolvimento desta arquidiocese, faz-se necessário também apresentar os bispos que estiveram à frente da mesma, até o período do episcopado de Dom José de Medeiros de Delgado.

Palavras-chave: Arquidiocese de Fortaleza, Ceará, ultramontanismo, seca, padroado

Abstract

The present article aims to present three intertwined situations in the formation of the economic, political and religious reality of Ceará: Catholicism, Cearense reality and the episcopate of the period. Marked in its historical context by the ultramontanismo, the archdiocese of Fortaleza is heiress of the bishopric of Ceará, founded in the imperial period, therefore, within the regime of patron. It is also strongly marked by geographical aspects, such as the drought phenomenon. Drought is not simply a climatic phenomenon, but also a cultural, political and social phenomenon, and is sometimes incapable of being dissociated from the *ethos* of Ceará. In order to understand the historical process of development of this archdiocese, it is also necessary to present the bishops who were at the forefront of it, until the episcopate period of Dom José de Medeiros de Delgado.

Keywords: Archdiocese of Fortaleza, Ceará, ultramontanism, drought, patronage

Introdução

Este artigo objetiva apresentar aspectos do catolicismo em Fortaleza (Brasil). Esta temática é de grande relevância na história cearense durante a primeira metade do século XX, da República Velha às vésperas do Concílio Vaticano II. O estudo abarca um trajeto desde a criação da diocese, passando pelos bispos que estiveram governando a mesma, até o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado, bispo da arquidiocese de Fortaleza de 1963 a 1973. Divide-se em três pontos: o contexto, a geopolítica cearense e o episcopado.

O primeiro ponto centra-se no contexto de criação, no período da reforma ultramontana, em pleno andamento e consolidação no Brasil; o papado deste período, a transição republicana e as reações e relações com o novo governo, bem como a realidade da população cearense em seu meio ambiente. O papa que criou a arquidiocese foi Bento XV (1914-1922), papado marcado pela Primeira Grande Guerra. A reforma ultramontana, preconizada pelos papas Gregório XVI (1831-1846) e Pio IX (1846-1878), encontrou apoio de parte do episcopado brasileiro. O primeiro bispo do Ceará foi Dom Luís Antônio dos Santos, conhecido reformador ultramontano que colocou em prática no bispado do Ceará os princípios do ultramontanismo, uma Igreja cada vez mais voltada para o papa e Roma e deslocada da realidade local. A instituição religiosa centralizará cada vez mais suas atividades no caráter sacramental e com isto se distanciará dos elementos da religiosidade popular com as características da cultura cearense.

O bispado do Ceará acompanhou a transição republicana, assistiu atônito à extinção do padroado. A arquidiocese de Fortaleza, herdeira do bispado do Ceará, acompanhou os primeiros anos da República, a gradual reaproximação entre Igreja e Estado, movidos pelos seus interesses particulares. No segundo ponto desenvolve-se a análise da realidade cearense, marcada, sobretudo, pela seca de 1877 e de 1915, pelo banditismo, pelo coronelismo e pela atividade econômica latifundiária monocultora. É fundamental para a compreensão do cearense investigar seu meio ambiente, as vicissitudes do clima, economia e política. Neste meio, há uma inserção social de setores da Igreja católica, sobretudo como tentativa de aplicação da Doutrina Social da Igreja na realidade cearense e operária.

O terceiro ponto aborda o episcopado que governou a arquidiocese de Fortaleza, centrando-se nas ações e realizações dos bispos. Dom Joaquim José Vieira. Embora não tenha sido bispo da arquidiocese, foi durante seu bispado que aconteceu a Proclamação

da República (1889), o caso de Juazeiro do Norte e do padre Cícero Romão Batista, acontecimentos marcantes com consequências duradouras. Dom Manoel da Silva Gomes foi o primeiro arcebispo, que deixou como legado a criação dos círculos operários católicos, a fundação do jornal *O Nordeste*, tornando-se conhecido pela intelectualidade e oratória. Dom Antônio de Almeida Lustosa, segundo arcebispo, erudito que se destacou pela realização do Segundo Sínodo Diocesano e a fundação do Instituto Josefino. Dom José de Medeiros Delgado, terceiro arcebispo de Fortaleza, participou do Concílio Vaticano II (1962-1965), buscou sua implementação na arquidiocese, sendo o prelado de Fortaleza durante o golpe civil-militar e os primeiros anos do regime ditatorial. O terceiro ponto refaz o percurso histórico do episcopado fortalezense até chegar nos anos mais repressivos do Regime Militar instaurado em 1964.

Contexto de criação da arquidiocese de Fortaleza

A arquidiocese de Fortaleza erigida em 1915,¹ por meio da bula *Catholicae Religionis Bonum*, é herdeira do bispado do Ceará erigido em 1854 (MATOS, 2010, p. 81). A bula expedida no dia 10 de novembro de 1915, criou ao mesmo tempo o bispado de Sobral e elevou a arcebispado metropolitano Fortaleza, este tendo como sufragâneos os bispados de Sobral e Crato (STUDART, 2001. p. 233). O Barão de Studart afirma que, em 08 de julho de 1854, o papa Pio IX expediu a bula *Pro animarum salute*, aprovando a criação do bispado do Ceará, desmembrado do bispado de Pernambuco (STUDART, 2001. p. 152). Este foi criado dentro de um processo de romanização que preconizou uma reforma na Igreja, segundo parâmetros doutrinários mais rígidos, bem como rigor intelectual e disciplina moral, com vistas, sobretudo, a uma reforma do clero, e a partir destes, de todos os fiéis.

a romanização nasceu dos esforços da Igreja para reafirmar seu poder e influência em meio às grandes mudanças produzidas pelo mundo moderno. Surgiu após os generalizados ataques da Revolução Francesa contra o clero e os privilégios, bens e doutrina da Igreja. A fase mais intensa da romanização começou no pontificado de Pio IX, em 1846, e prosseguiu até a Primeira Guerra Mundial. Parte de uma restauração religiosa geral, a romanização envolveu uma campanha global para expandir a influência da Igreja. (SERBIN, 2008, p. 79; GOMES, 2007, p. 67).

¹ Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/>>. Acesso em 01 jun. 2016.

Imbuída do espírito de cristandade, a Igreja procurou afirmar sua autoridade espiritual e também moral no mundo moderno no primeiro momento, contrapondo-se a ele, em um segundo momento estabelecendo diálogo. Destaca-se nesse primeiro momento a figura do Papa Pio IX .

A romanização, ou reforma ultramontana, como também é chamada, encontrou apoio no Brasil (MATOS, 2010, p. 74). O ultramontanismo pode ser definido, de modo conciso, como centralização da Igreja em torno do papa; “essa centralização, íntima adesão ao pontífice, permitiu que a Igreja superasse com menor dificuldade as arremetidas do absolutismo e do liberalismo, dado que contribuía para tornar a Igreja mais forte em relação ao Estado” (MARTINA, 1996, p. 256). Sobre a origem do ultramontanismo, anota Martina que certos elementos propiciaram o seu desenvolvimento:

a concordata de 1801 com suas inesperadas consequências; o prestígio de Pio VII e o fascínio de Pio IX; a perda do caráter sagrado do Estado, que não se arvora mais em protetor da Igreja, mas, antes, tenta eliminar da vida social toda influência da religião e acaba assim por levar os bispos a procurar auxílio na união mais estreita com o papa; a ação de escritores como Maistre e Lamennais, que, por caminhos diversos, exaltam as prerrogativas do papado e sua influência na sociedade; as tendências de alguns sacerdotes a procurar no papa uma proteção contra os arbítrios, verdadeiros ou supostos, de seus superiores imediatos, os bispos; a estratégia por muito tempo estudada e posta prudentemente em prática pela Santa Sé, especialmente durante o pontificado de Pio IX, que procura reunir em torno de si bispos, sacerdotes e fiéis, para melhor resistir aos processos de laicização da sociedade, na realidade apenas incipiente (MARTINA, 1996, p. 116-117).

Em terras brasileiras, parte da hierarquia buscou praticar o ideário programático da reforma tridentina:

Os objetivos que nossos bispos se propunham em sua atuação de reforma interna da Igreja abrangiam mais especificamente um estreitamento de relações com a Santa Sé, a formação sacerdotal e a instrução religiosa do povo. Sobretudo na formação do clero concentravam eles todas as suas forças. Era preciso começar pelos seminários, era o raciocínio comum a quase todos os bispos. (CEHILA, 2008, p. 185).

O historiador Dilermando Ramos Vieira afirma que,

a aproximação com a Santa Sé, a adoção de princípios tridentinos e a adesão às assim chamadas ideias ‘ultramontanas’, gradualmente se impuseram [...]. A formação seminarística no Brasil prosseguiu nas suas mudanças, o escrúpulo na observância doutrinária e a retidão disciplinar tornaram-se tão exigentes, que Dom Vital ia ao seminário de Olinda duas vezes por semana para certificar-se das suas necessidades e se as ordens que dava estavam sendo cumpridas (VIEIRA, 2007, p. 119).

Ainda sustenta o historiador que há duas gerações de bispos ultramontanos: a primeira tinha como objetivo resgatar a autoridade episcopal e estabelecer certa autonomia entre a Igreja e a Monarquia (VIEIRA, 2007, p. 120); e a segunda geração episcopal de reformadores, já formados totalmente no espírito ultramontano, que se sentia em condições de exigir mudanças mais drásticas, o que ocorreu a partir de 1870 (VIEIRA, 2007, p. 138).

O parâmetro era europeu, inserido na realidade brasileira, porém pouco adaptado. O primeiro bispo do Ceará, dom Luís Antônio dos Santos, busca colocar em prática no seu bispado os princípios do ultramontanismo. Para estudiosos da Igreja no Brasil, como Kenneth Serbin, ocorreu neste período um processo de “europeização”, com reforço na disciplina e práticas ascetas (SERBIN, 2008, p. 81; VIEIRA, 2007, p. 110-114), que se confronta com as práticas de uma religiosidade popular.

O papa deste período foi Bento XV. Foi o pontífice durante a Primeira Guerra Mundial (MCBRIEN, 2004, p. 361; MONDIN, 2007, p. 627). Eleito no décimo escrutínio e coroado na Capela Sistina “a fim de que o evento tivesse um sentido mais religioso e evitasse a impressão de muita festividade durante um tempo de guerra e infelicidade humana” (MCBRIEN, 2004, p. 362; MONDIN, 2007, p. 628). Destaca-se em seu pontificado a promulgação do novo Código de Direito Canônico, em 1917. Ficou evidente sua condenação ao modernismo, no esteio dos papas anteriores, e sua postura diplomática, como por exemplo a canonização de Joana D’Arc e Efrém de Nísibis, que denotam diálogo e aproximação com a França e as Igrejas do Oriente (MCBRIEN, 2004, p. 363; MONDIN, 2007, p. 632).

No Brasil, a Igreja Católica, desde o processo de adaptação ao regime republicano, buscou aproximação com as instâncias de poder temporal. “Em nível de instituição, a Igreja continua, a partir de 1910, o seu empenho estratégico de se aproximar do governo” (LUSTOSA, 1991, p. 31), mas já dava sinais de uma aproximação a posse, em 1906, de Afonso Augusto Moreira Pena, católico, como presidente da República (VIEIRA, 2007, p. 371). Logo após a Proclamação da República houve um temor de que a nova forma de

governo fosse contrária e hostil a qualquer expressão religiosa, inclusive católica. Elói Piva assinala que o principal contato entre Igreja e governo republicano ocorreu entre Dom Macedo Costa e Rui Barbosa, que já haviam sido, respectivamente, professor e aluno no Ginásio Baiano em 1860. Dos encontros, surgiu uma cooperação que significou para a hierarquia da Igreja Católica conseguir o mínimo do novo governo, ainda mais com a garantia, do ministro Rui Barbosa, de que a República não seria ateia, mas garantiria uma ampla liberdade religiosa, nos moldes ianques (PIVA, 1989, p. 623-624.). Isto fica evidente no governo de Artur Bernardes, onde Igreja e Estado buscam não apenas uma aproximação, mas mútua colaboração:

Com Artur Bernardes, mineiro e católico, na presidência da República, o governo solicita explicitamente a colaboração da Igreja para conter a onda revolucionária. Vê na instituição eclesiástica um instrumento eficaz para moralizar o país e restabelecer a ordem e a autoridade. Sintomática neste contexto é a visita do presidente ao líder hierárquico da Igreja no Brasil o Cardeal Arcoverde, em 4 de maio de 1924, quando Bernardes afirma publicamente ‘a importância da colaboração constante das nossas autoridades eclesiásticas com o governo do país, auxiliando na manutenção da ordem e promovendo o progresso nacional’. (MATOS, 2011, p. 52).

Dois anos antes deste encontro, aconteceu a Semana de Arte Moderna e foi fundado o Partido Comunista Brasileiro. Compreende-se que esta busca de apoio mútuo gravitava à órbita de um espectro comum. Sobre isto, pode-se exprimir que as mudanças culturais ocorridas naquele período, sobretudo no ano de 1922, são consequência de certos fatores, como a Primeira Guerra Mundial, o processo de industrialização de São Paulo e estímulos culturais e artísticos vindos da Europa. Tudo isto propiciou a busca e a sede pela novidade, e a crítica ao velho, seja a República Velha, seja o parnasianismo, seja a *Belle Époque*, de modo que “a fuga do Parnaso, o contacto com grupos que já tinham levado longe a dissolução de valores morais e artísticos, produz um novo modo de ver aspectos fundamentais da existência. A interação familiar, a educação da infância, as relações homem-mulher, homem-paisagem, a vida em sociedade, as instituições políticas, as práticas confessionais, tudo vai mudando de imagem e de significado no nível da consciência” (BOSI, 1977, p. 313-314). No contexto político e econômico, o movimento anarquista no Brasil, desde os anos de 1880, e o anarco-sindicalismo tinham como pauta de sua reivindicação, entre outras, as melhorias de condições de vida do operariado, mudança na jornada de trabalho para oito horas, proibição do trabalho para

crianças e do trabalho noturno para mulheres. É um importante movimento catalisador das reivindicações populares, sendo acusado, numa circular do chefe de polícia do Rio de Janeiro, em 1917, de ser contrário e querer o fim do clero, da burguesia e da religião. Já o comunismo e o Partido Comunista Brasileiro tiveram como precursores a Liga Comunista do Livramento (1918), a União Maximalista de Porto Alegre (1919), o Círculo de Estudos Marxistas do Recife (1920) e o Grupo Comunista Brasileiro “Zumbi” (1921). Tais grupos e o próprio Partido Comunista Brasileiro criticavam a capacidade do anarquismo de aglutinar forças revolucionárias e liderar um amplo movimento revolucionário. Logo após sua fundação, ocorreu a filiação à Terceira Internacional Comunista. A legalidade do partido não durou muito, quatro meses, pois, com a revolta do Forte de Copacabana, em julho de 1922, e com o Estado de Sítio, seu funcionamento legal foi proibido (PINHEIRO, 1977, p. 149-172).

Referida tentativa de aproximação sucede o impacto da Proclamação da República e a laicização, por parte desta, do Estado brasileiro (LUSTOSA, 1991, p. 17). Edgar Gomes expressa que “o catolicismo entrou em choque com o poder monárquico e mais tarde não foi mantido atrelado ao poder político nascente, ou seja, aos republicanos que ascenderam ao poder no final do século XIX e desconfiavam do papel da Igreja Católica na sociedade” (GOMES, 2007, p. 66). O contexto do fim do Império e início da República mostra-se desafiador para a Igreja Católica como instituição, pondo fim a um período de mais de 300 anos de padroado. Este tem longo lastro documental que o fundamenta, por exemplo, a bula *Inter Caetera* pois “através da Bula *Inter Caetera* de Calisto III de 13 de março de 1456, a Ordem de Cristo obteve jurisdição eclesiástica sobre todos os territórios portugueses fora do continente europeu. Em 1514 acontece a transformação destes domínios em um bispado, o de Funchal, com o direito de padroado por parte do rei” (SOUZA, 1998, p. 47). A América Portuguesa que hoje compõe o território do Brasil fazia parte do bispado de Funchal, onde os reis de Portugal exerceram plenamente seu direito de padroado.

O padroado é o sistema que delinea a ação da Igreja e sua organização no Brasil.

a Igreja procedia com total apoio do Estado. Essa situação contrastou drasticamente com a dos Estados Unidos, onde os Peregrinos estabeleceram uma sociedade autônoma depois de fugir da repressão do Estado. E houve um preço. No Brasil, as relações entre Igreja e Estado codificaram-se no padroado. Este fez da evangelização um assunto oficial do Estado e, portanto, uma forma de dominação que muitas vezes atropelava os ideais cristãos. O padroado ostensivamente oferecia privilégios à Igreja,

mas na realidade permitia ao Estado salvaguardar zelosamente o seu poder. O papa concedera à coroa portuguesa o controle sobre os assuntos espirituais como recompensa pelo êxito na expulsão dos mouros e pela conversão de novas áreas do mundo. Paradoxalmente, embora Portugal fosse um dos poucos países que aceitavam todos os ditames tridentinos da contra-reforma, seu estado altamente centralizado usava o padroado para intervir com grande frequência na esfera eclesiástica. O rei escolhia os bispos e até párocos e capelães. Podia censurar bulas, documentos e cartas papais, que passavam primeiro por Lisboa no trajeto de Roma para a colônia. A monarquia arrecadava e administrava os dízimos eclesiásticos. A administração eclesiástica tornou-se parte da burocracia régia, o que deu aos governantes portugueses capacidade para refrear o crescimento da Igreja no Brasil. Em seus primórdios, o Brasil teve apenas uma diocese, a da Bahia. Até 1750 a vasta colônia possuía apenas oito. Por toda a era colonial a coroa alocou pouco dinheiro para os seminários. O padroado garantiu o monopólio religioso ao catolicismo. Por outro lado, restringiu o crescimento da Igreja institucional e minimizou o contato dos brasileiros com a Santa Sé. (SERBIN, 2008, p. 48).

Tal sistema, o padroado, realiza um “aparelhamento” da Igreja Católica, pondo-a na defesa dos seus interesses, embora esta conseguisse perceber em fins do Império o esgotamento de tal sistema. No Brasil, o padroado teve fim com a Proclamação da República (LUSTOSA, 1991, p. 17).

O dia 15 de novembro de 1889 surpreendeu os brasileiros que não compreendiam o que estava acontecendo. Da mesma maneira a Igreja Católica não entendeu o momento histórico e passou por uma desorientação nos primeiros meses da República nascente (LUSTOSA, 1991, p. 17). De orientação positivista e com amplo apoio da maçonaria, a nova República tratou do tema religião como assunto pertinente, com o Decreto 119-A, a aprovação do casamento civil e a secularização dos cemitérios (LUSTOSA, 1991, p. 18), colocados sob a administração dos municípios, mostrando como foi se dando a mudança em relação à Igreja. Edgar Gomes destaca que,

mesmo antes da proclamação da República algumas reformas já vinham sendo discutidas no parlamento, enfraquecendo o *status* de poder da Igreja Católica, como, por exemplo, as questões relativas ao casamento civil e às secularizações dos cemitérios, à educação laica e às liberdades de culto, revogando muitas prerrogativas, doravante não reservadas apenas à Igreja Católica, mas às demais confissões religiosas cristãs no território brasileiro (GOMES, 2007, p. 69).

Desde o referido Decreto 119-A, de autoria de Rui Barbosa (MATOS, 2010, p. 255), até a promulgação da Constituição da República de 1891, o sentimento de perplexidade foi complementado por ações em favor da manutenção dos privilégios e benesses dos quais desfrutava a Igreja Católica no Brasil (LUSTOSA, 1991, p. 20). Tais esforços encontraram seu limite na atitude positivista e até anticlerical de lideranças da nascente República, de modo que a Igreja, após estas pelejas, chegou a “atingir, quase resignada, um nível de aceitação dos fatos e de composição com o governo que apontasse perspectivas favoráveis para os trabalhos da missão pastoral” (LUSTOSA, 1991, p. 21). Era preciso traçar o rumo da Instituição religiosa, ainda com força social bastante relevante. Este decreto, entre outras medidas, consagra a liberdade de culto como princípio da nova República e extingue o padroado (SOUZA, 2002, p. 683).

Duas são as posturas católicas nesse período. Houve um saudosismo do passado recente, no contexto do qual católicos conservadores e monarquistas demandaram tempo e esforços na tentativa de restaurar a monarquia e, conseqüentemente, o *status* que o catolicismo manteve naquele regime (MATOS, 2011, p. 25). E houve uma outra parcela de católicos que viam nos acontecimentos a possibilidade de a Igreja repensar a si mesma como sujeito social, conseguindo analisar de modo positivo a República, percebendo a possibilidade do diálogo com a realidade, a sociedade e o mundo. Desde essa época, é mister pensar a ação pastoral e evangelizadora da Igreja, com liberdade e autonomia em relação aos poderes temporais. Neste grupo, Henrique Cristiano Matos situa o redentorista padre Júlio Maria. Segundo ele, para o redentorista, “unir Igreja e povo deveria ser o grande ideal dos católicos no regime democrático inaugurado com a República. Assumir a causa social era a missão então confiada à Igreja. Não lhe era permitido refugiar-se nos seus templos, desertando assim dos combates sociais. O clero deveria dar o exemplo” (MATOS, 2011, p. 22). Compreendia que a tarefa premente da Igreja naquele período era olhar para a realidade com a devida confiança e apontar perspectivas, em vez de insistir em um saudosismo estéril e inútil.

A Igreja Católica no Brasil, paulatinamente, foi alterando sua perspectiva. No início do século XX, precisamente na segunda década,

a reconciliação entre governo civil e governo eclesiástico se consolida cada vez mais. A própria linguagem dos católicos ultramontanos e dos bispos, outrora tão rude e agressiva, contra o Estado laico e ateu, mudava agora de registro e de tom, achando

que a situação de fato, criada com a separação de 1890, foi uma bênção. (LUSTOSA, 1991, p. 34).

As relações entre Igreja e Estado permaneceram, veladamente, após a queda do Império com a instauração da República.

a estratégia da Igreja no Brasil, surpreendentemente, foi a mais conciliadora possível, não se utilizando abertamente do enfrentamento com o poder republicano, mas tratou de trabalhar nos bastidores do poder para ter garantias de não se sair prejudicada com uma possível investida dos ‘jacobinos’ brasileiros em uma possível reforma política após a tomada do poder pelo grupo republicano mais radical, de anticlericalismo, como ocorreu nos países católicos do continente europeu. A postura pacífica do catolicismo diante da nova realidade política se prolongou ainda por toda a República Velha (GOMES, 2007, p. 73).

Riolando Azzi ressalta que, “apesar das declarações alarmistas do episcopado e de alguns membros do clero, em geral a convivência da Igreja católica com o novo regime republicano foi relativamente calma durante as primeiras décadas, salvo alguns atritos esporádicos” (AZZI, 1994, p. 118). Cresceu institucionalmente, uma vez que estava livre das restrições do padroado. Assim, “entre 1890 e 1930 foram inauguradas outras 56 dioceses, dezoito prelazias, três prefeituras apostólicas e numerosos seminários” (SERBIN, 2008, p. 95). Foram criadas duas províncias, uma no Norte e chamada Meridional, com sede na Bahia, e outra no Sul e chamada Setentrional, com sede no Rio de Janeiro, cada uma delas com sete bispados sufragâneos (MATOS, 2011, p. 33-34).

Se o contexto político no final do século XIX e início do século XX foi de mudança, de agitação, também o foi social e economicamente. Com a Abolição da Escravatura, o País passou a um sistema econômico novo, a mão de obra assalariada livre, permanece a monocultura, então com o café como principal produto, destacaram-se os Estados de São Paulo e Minas Gerais como grandes produtores de café, mas também ocorreu o processo de industrialização na República Velha e, junto a isso, houve grande aumento demográfico (MATOS, 2011, p. 17). É preciso dialogar com essa realidade. Sobre esse período na contextura do qual se aloca esta pesquisa, Lustosa (1991) faz uma divisão em duas etapas. Na expressão do autor, a primeira é denominada “a ação social dos católicos”, que compreendeu os anos de 1890 até 1910. Já a segunda etapa compreendeu os anos de 1910 até 1931, e é denominada “da ação social dos católicos à

questão operária”. Como a criação da arquidiocese de Fortaleza aconteceu na segunda, interessa delinear aqui tal período.

Desde a encíclica *Rerum Novarum* (1891) do papa Leão XIII, que inaugurou a Doutrina Social da Igreja, a ação social dos católicos teve não apenas um estímulo, mas também uma fundamentação. O mencionado documento “assinalou o início de uma doutrina social católica mais progressista, a chamada terceira via entre socialismo e capitalismo” (SERBIN, 2008, p. 88), embora fosse ainda incipiente e sem mecanismos de leitura crítica da realidade. No Brasil, percebeu-se a necessidade de lidar com problemas sociais concretos. A encíclica, publicada no mesmo ano em que estava sendo promulgada a Constituição Republicana Brasileira, encontrou pouca ressonância inicialmente (LUSTOSA, 1991, p. 97). Impulsionado por Leão XIII, “seguindo o modelo corporativo e hierárquico de sociedade adotado pela Igreja, o clero empenhou-se em inculcar nas massas a ordem, a cidadania e a obediência à autoridade” (SERBIN, 2008, p. 88).

Um estrato social que teve atenção de setores da Igreja nesse período foi a classe operária, que “não ficará passiva e muda em face da fermentação e das exigências da crise social e operária no Brasil” (LUSTOSA, 1991, p. 107). Isto porque a tendência socialista recebeu grande adesão no meio operário brasileiro, tanto rural como urbano. Prova disso foi o movimento conhecido como tenentismo. A Doutrina Social da Igreja defende, entre outros pontos, a transitoriedade desta vida, a sublimidade do trabalho, a caridade como princípio para os ricos e a propriedade privada (LUSTOSA, 1991, p. 111), que divergem totalmente do socialismo. A alternativa de ação elaborada com a Doutrina Social busca distanciar-se de qualquer perspectiva socialista e amenizar os efeitos colaterais do capitalismo. Para fortalecer um sentido de pertença à Igreja, e como atenuante dos conflitos sociais, são fortalecidos os círculos operários. Assim,

a multiplicação de *círculos, núcleos, centros operários* continua nos diversos recantos dos país. Em Fortaleza (CE), entre 1914 e 1915, o lazarista padre Guilherme Vaessem leva a experiência vivida por ele no Recife (PE) onde os franciscanos desenvolvem, com extensa irradiação, o movimento circulista. Logo cresce, sob a direção do missionário holandês, uma obra de assistência de grande extensão. Nela está incluída, de maneira particular, a preocupação com os operários, concretizada em uma organização específica. (Núcleo operário católico). (LUSTOSA, 1991, p. 111-112).

O objetivo era promover o associacionismo, com suporte em um projeto político e social, de cunho doutrinário, de modo particular disputando espaço com outros grupos, como anarquistas e socialistas sempre se distanciando dos sindicatos, já que estes representavam perigo por causa da conotação anarquista e socialista. A hierarquia preferiu seguir o caminho dos círculos, evitando a luta de classes. Não apenas entre os operários urbanos, mas entre os operários rurais, concentravam-se os esforços de setores da Igreja. O incentivo à qualificação era básico, não somente na cidade, mas também no campo:

A população rural, mais carente ainda, devia também ser objeto da solicitude de alguns pastores. Dom João Neri inicia, na diocese de Campinas, uma escola agrícola. O bispo de Olinda e Recife (D. Luís Raimundo de Brito) e da Paraíba (Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques) inscrevem nos programas de formação teológica do clero uma iniciação à agricultura a fim de que os vigários possam orientar os fiéis em alguns problemas mais técnicos. Dom Otávio Chagas de Miranda, bispo de Pouso Alegre (Sul de Minas) colabora com o governo mineiro, incentivando, através de carta pastoral, os agricultores a lançar mão de meios mais favoráveis ao aumento da produção agrícola. (LUSTOSA, 1991, p. 114)

A inclusão de noções de agricultura não é uma novidade na Igreja do Brasil, o Seminário de Olinda, inaugurado por Dom Azeredo Coutinho, em 1800, incluiu em seu programa, além da Agricultura, Geografia, Botânica e Mineralogia (SERBIN, 2008, p. 67). Este mesmo Seminário teve papel relevante nos acontecimentos de 1817 e 1824, a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador.

Geopolítica cearense: a seca, a Belle Époque e o acciolyismo

No Ceará, a realidade da seca mostrou sua face inexorável no início do século XX. Esta situação é bastante conhecida do cearense, uma vez que “sua história é marcada pelas secas e suas conseqüências” (NEVES, 2007, p. 77). A seca não é um fenômeno simplesmente climático, mas também cultural, político e social, sendo, por vezes, incapaz de ser dissociado do *éthos* do cearense. De acordo com Frederico de Castro Neves,

há registro de escassez de chuvas desde os mais remotos documentos sobre o território onde hoje se localiza o Ceará. As tribos que habitavam essas terras, periodicamente transferiam suas aldeias para áreas mais úmidas ou próximas à orla marítima, muitas

vezes provocando conflito com outras tribos. Os primeiros colonizadores, pouco adaptados ao clima, viram-se em dificuldade quando ousavam atravessar o sertão em épocas de poucas chuvas. Mesmo assim, a ocupação do território se efetivou, especialmente, com base na pecuária, que permitia uma certa mobilidade da “produção” durante as secas. (NEVES, 2007, p. 77).

A mobilidade é ação que marca a teia de relações sociais do cearense, inclusive cunhando o termo “retirante” conferido ao nordestino, assim como o vocábulo sobrevivência, que estão associados à seca. A sobrevivência marca a vida concreta do cearense, de modo específico, do sertanejo. Em períodos de grande estiagem, as opções são minguadas, mudar para áreas mais úmidas, para terras dos grandes proprietários, ou permanecer nas terras onde já moram, habitando em lugares nada salubres, e esperando a caridade dos senhores, grandes proprietários (NEVES, 2007, p. 79).

Sobre a possibilidade de deslocamento ou permanência do sertanejo em épocas de estiagem, acentua Neves a ideia de que

essas alternativas eram difíceis, pois implicavam, tanto uma como outra, um aprofundamento da submissão e da dependência. Ao mesmo tempo, a permanência deste sistema tornava a convivência próxima com a morte ou com a fome um forte elemento nas estruturas da cultura e da religião, já que a mortalidade, tanto nos tempos de chuvas regulares quanto em tempos de seca, era (e é) muito alta. (NEVES, 2007, p. 79).

A religião, incorporada e ressignificada como religiosidade popular, comporta elementos ainda próprios do Brasil Colônia, tornando possível suportar os rigores da estiagem. Novenas, promessas e procissões podem ser analisadas como alienação da vida concreta, mas também podem compor o ritual da existência, tornando suportável a vida no sertão. O sertanejo, o retirante, é o cearense típico dos séculos XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX. A probabilidade de encontrar perigos e dificuldades era alta. De fato, a morte era uma realidade presente e a fome, as doenças e os crimes tornavam a “retirada” difícil de ser realizada (NEVES, 2007, p. 79). Por isso escolher entre permanecer ou partir era sempre uma opção complexa.

A seca de 1877 entrou para a história do Ceará como a primeira grande seca, quando o problema deixou de ser apenas de ordem climática, e passou a ser de teor político e social, pois “de fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos

hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão-de-obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...” (VILLA, 2000, p. 44-47). Os anos de 1877 a 1879 foram marcados pelas levas de retirantes saindo do interior para Fortaleza. Os coronéis não puderam mais oferecer abrigo, proteção e trabalho, enquanto a caridade das famílias mais abastadas era incapaz de atender a demanda de tanta pobreza. Naquele período, Fortaleza se viu ocupada por grupos de retirantes em busca de sobrevivência, guardando alguma esperança para a Capital. A mudança foi rápida e a mobilidade impressionava, porquanto “em um ano mais de 100 mil desses ‘invasores’ esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes” (NEVES, 2007, p. 82).

Enquanto na Capital a preocupação ocorria com a grande quantidade de retirantes que chegavam, a realidade interiorana conhecia o banditismo, surgido em meados no século XIX e tendo seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. Acerca deste fato, demarca Frederico Pernambucano de Mello:

Embora as indicações impliquem sempre algum subjetivismo indesejável, cremos não se mostrar historicamente temerário apontar o ciclo da grande seca “dos dois setes”, no século XIX, e a já referida década de 20, no passado, como dois momentos nos quais o paroxismo da ação desenvolvida pelos grupos de armas faz com que a habitual cronicidade do cangaço aqueça-se até o ponto de ceder lugar à instalação de quadro agudo, muito próximo de uma convulsão social generalizada. (MELLO, 2013, p. 97).

Fome, pobreza e miséria foram fatores que desafiaram a ordem estabelecida e propiciaram o surgimento de bandidos. Assim,

o interior da província ficou entregue aos bandos de criminosos, que agiam impunemente, disputando entre si as melhores áreas para a pilhagem. Bandos como os Calangros, os Matheus e os Pellados foram formados a partir de crimes cometidos por vinganças pessoais e familiares e podem ser apontados como os primeiros grupos de cangaceiros que passaram a percorrer o sertão, semeando o pânico entre as populações interioranas e, ao mesmo tempo, transformando-se em heróis que subvertem as hierarquias sociais, submetendo até mesmo os poderosos a seus caprichos e necessidades. As vilas do interior, muitas vezes abandonadas pelos moradores pela falta d'água, eram presas fáceis para os bandidos armados. As carroças

de mantimentos, enviadas pelo governo para as comunidades famintas, eram assaltadas com frequência. (NEVES, 2007, p. 83).

O profundo influxo negativo que a seca causou fez com que ela se tornasse parte permanente da história do Ceará, implicando mudanças e assimilações na política e na cultura. Outro período de estiagem marcou o ano de 1915. Temendo novamente as vicissitudes, doenças, violência, prostituição, o presidente da Província do Ceará, Benjamim Barroso criou um espaço chamado Campo de Concentração do Alagadiço, onde os retirantes ficavam isolados e impedidos de sair. “O campo concentrou, em média, cerca de 8.000 pessoas em um terreno especialmente cedido para o governo, nas proximidades da estação de trem do Otávio Bonfim” (NEVES, 2007, p. 87). Para entender este modo de agir, é preciso considerar que Fortaleza viveu nesse período sua *Belle Époque*, que compreendeu as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (FARIAS, 2015, p. 185-186). É chamado de processo de embelezamento de Fortaleza. A ironia é que, exatamente nesse período, houve grandes secas e o processo de êxodo rural, como abordado há pouco, embaraçando o aformoseamento da cidade.

Esse processo, iniciado na segunda metade do século XIX, desde 1860, teve com uma de suas causas o desenvolvimento do cultivo do algodão, uma vez que os Estados Unidos passavam pela Guerra da Secessão e a procura desse produto cearense cresceu enormemente (PONTE, 2007, p. 163). Com a economia em crescimento,

convinha aos setores públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus. Isso significava, também, disciplinar os pobres, doentes, mendigos, loucos, “vadios” e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital. (PONTE, 2007, p. 163-164).

A ideia era adequar a cidade aos novos moldes. Para isso, o governo contratou o engenheiro e arquiteto Adolfo Herbstler que elaborou a planta de Fortaleza, claramente se inspirando em Paris (PONTE, 2007, p. 166-167). A modernização pretendida estancou em virtude da crise trazida pela seca de 1877, mas foi retomada. “De 1896 a 1912, período de vigência da oligarquia comandada pelo presidente Antônio Nogueira Accioly,

retomaram-se os investimentos embelezadores e disciplinadores sobre a capital e sua população” (PONTE, 2007, p. 180). Irllys Alencar Barreira afirma que

é interessante observar, analisando-se a remodelação urbana de Fortaleza na virada do século XIX, que a crença no progresso parece subsidiar as estratégias reguladoras da intervenção urbana. A reforma de praças tradicionais do centro da cidade responde, nesse momento, ao fluxo crescente de uma cidade em expansão. Na perspectiva do arquiteto Liberal de Castro, as reformas urbanas alinhavam-se com aquelas produzidas na Europa, a exemplo de estilos arquitetônicos adotados. Este discurso de progresso e modernidade torna-se também hegemônico nas formulações da oligarquia Accioly, desejosa de ampliar suas bases de aceitação” (BARREIRA, 2003, p. 322).

A cidade respirava novos ares e buscava superar o período de calamidade. Deixaria para trás o luto e, para isso, duas novas obras colocavam novamente a cidade no esteio da modernização, o bonde e o Passeio Público.

Durante a *Belle Époque*, apareceu a figura de Antônio Pinto Nogueira Accioly, que marcou esse período como fundador da poderosa oligarquia Accioly, que comandou o Ceará durante 16 anos. Accioly deixou sua marca no andamento do embelezamento de Fortaleza, mas também é significativo para compreender a política durante a Primeira República, no País e na Província do Ceará. A Primeira República não trouxe mudanças significativas para a sociedade brasileira, pois as instâncias de decisões políticas estavam longe do alcance da maioria da população. Assim, “um dos mecanismos para conservar o poder das classes dominantes na Primeira República foi a política dos Governadores, criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902). Consistia numa troca de favores entre o presidente da República e os presidentes estaduais” (FARIAS, 2015, p. 290). Governavam da maneira que mais convinha, advindo daí fraudes, compra de votos, eliminação política dos oponentes (FARIAS, 2015, p. 290). Isso propiciava com que grupos políticos se perpetuassem no poder, como foi o caso da oligarquia Accioly durante 16 anos no Ceará.

Airton de Farias explica o motivo da denominação de oligarquia para Nogueira Accioly. Segundo ele, “entendemos por oligarquia accioly a o grupo político liderado pelo comendador Nogueira Accioly, que dominou de forma autoritária, nepótica, corrupta, violenta e monolítica o estado do Ceará entre 1896 e 1912” (FARIAS, 2015, p. 290-291). Do interior do Estado, filho de família influente na região, conhecida pela atividade agropecuária e pelo comércio, bacharelou-se em Direito, mas entrou para a

história do Ceará por sua atuação política, permanecendo à frente do Governo da Província de 1896 à 1912, e “ao longo desses dezesseis anos de domínio político, o oligarca lançou mão, reiteradamente, de práticas nepóticas e corruptas, além do uso corriqueiro da violência contra seu crescente número de adversários políticos” (PONTE, 2007, p. 181).

Artífice de uma das primeiras oligarquias do Ceará, Nogueira Accioly é um bom exemplo da política na Primeira República. Accioly prestava submissão ao Governo Federal e aos grandes líderes oligarcas do País, enquanto estes “legitimavam” sua ação na Província. Sendo submisso em esfera federal, no entanto, na Província era Nogueira Accioly quem exercia o poder, mantendo do mesmo modo uma rede de ligações:

Para o domínio de Accioly igualmente contribuiu a manutenção de uma corrente de apoio mútuo e de compromissos com os coronéis interioranos; estes, em troca de apoio governamental, garantiam os interesses da oligarquia em seus “currais eleitorais”. Tais senhores de terra se encontravam principalmente na região sul-cearense (Cariri), área bastante populosa e grande produtora agrícola e entreposto comercial dos sertões e estados vizinhos. Ali Accioly teria entre seus partidários um “santo político”: Pe. Cícero. Além dos latifundiários, Accioly possuía uma aliança com os destacados grupos econômicos locais, sobretudo, os grandes comerciantes de exportação e importação de Fortaleza, como os franceses Bóris Frères, os quais praticamente monopolizavam, junto aos também franceses Gradvohl, a atividade comercial cearense. Esses grupos chegavam mesmo a emprestar dinheiro ao governo e se beneficiavam financeiramente de muitas obras irregulares e medidas administrativas praticadas pelo oligarca. (FARIAS, 2015, p. 291-292).

A política e a economia cearense na passagem do século XIX para o século XX ficaram marcadas pelo monopólio e a monocultura. Além disso a participação do clero também foi fundamental para a manutenção do *status quo* do acciolismo. Fazendo parte do projeto de romanização, a Diocese do Ceará projetou um clero distante da política e mais próximo da cura de almas, destinando a maior parte dos seus esforços para assuntos estritamente religiosos, litúrgicos, espirituais. A modernidade, com seu princípio de laicidade, se contrapunha ao ideal de sociedade defendido pela Igreja Católica, razão porque a necessidade de se combater os efeitos perniciosos do mundo moderno era crucial. Assim,

foi para combater as ideias secularizantes, afora objetivar o estrito cumprimento dos dogmas católicos e a submissão dos fiéis e clérigos aos cânones de Roma, que no final do século XIX a Igreja Católica lançou o processo conhecido como romanização ou ultramontanismo. O Ceará, cuja diocese foi criada fora criada em 1854 (e oficializada em 1860), tornou-se uma das áreas mais tocadas pela romanização. Os primeiros bispos cearenses, D. Luís Antônio (bispado entre 1861-81) e D. Joaquim Vieira (bispado entre 1883-1912), criaram várias instituições, como o Seminário da Prainha (1864), o Colégio Imaculada Conceição (1865), o Colégio São José, na serra dos Estévão (Quixadá) e a Escola Apostólica Jesuítica na serra de Baturité, na intenção de formar um clero fiel aos desígnios da romanização. (FARIAS, 2015, p. 354).

A diocese do Ceará colocou em prática o programa da romanização, a fim de formar um clero casto, dedicado ao seu altar, à sacristia e ao púlpito, e longe da política. Visava a criar na consciência dos fiéis a predisposição de fidelidade, pois uma marca do catolicismo no Brasil colonial é a distância de Roma, não apenas geográfica, mas também doutrinal. Neste contexto, não apenas o clero era formado nos ditames do pensamento ultramontano, mas também, os fiéis. Com estas instituições, formava-se no Ceará uma elite católica conservadora, atuando em diversos setores da sociedade, ávida por defender o magistério eclesiástico, a doutrina católica.

Embora a prática não necessariamente condiga com o programa de reforma ultramontano, não houve absolutamente um afastamento pleno da vida política. No caso brasileiro, o início da Primeira República foi motivo para a criação de partidos políticos, o Partido Católico, para defender os interesses da Igreja e conservar o país dentro dos moldes do catolicismo. Assim,

em 1890, por exemplo, a Igreja buscou fundar uma agremiação política, o Partido Católico, para defender seus interesses na conjuntura da proclamação da República, laica e positivista. O Partido Católico, entretanto, não obteve muito êxito, pois acabou se envolvendo nas intrigas partidárias das oligarquias dominantes. Assim, a ideia de um partido religioso acabou abandonada. Para a Igreja era muito mais cômodo evitar aquelas intrigas e se manter a distância na colaboração da ordem social e política, bem como endossar o apoio a candidatos comprometidos com os pontos de vista do catolicismo. (FARIAS, 2015, p. 356).

Este aspecto fica evidente na proximidade de relações que havia entre o bispo do Ceará, Dom Joaquim Vieira, e a oligarquia acciolyne (FARIAS, 2015, p. 356). Mantendo boas relações com oligarquias a Igreja regateava favores e buscava manter sua posição.

Sem dúvida que este tipo de aliança é sempre prejudicial, de maneira especial, à instituição religiosa, sendo instrumentalizada pelo poder temporal.

Episcopado cearense

Para compreender o processo histórico de desenvolvimento da arquidiocese de Fortaleza, faz-se necessário também apresentar os bispos que estiveram à sua frente na fase sob estudo. Este ponto pretende realizar um trajeto biográfico, embora não extenso, dos prelados que conduziram o rebanho de Cristo nas plagas cearenses. O historiador Benito Schmidt afirma que “a importância da atuação do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida...” (SCHMIDT, 2012, p. 195). Ainda observa que “sempre houve um público leitor ávido por biografias, seja em busca de modelos (ou contra modelos) de conduta...tal interesse parece ter se acentuado na atualidade” (IBIDEM, p. 187). Assim, os personagens se entrelaçam com o contexto histórico cearense numa mentalidade romanizadora.

Dom Joaquim José Vieira, segundo bispo da Diocese do Ceará, sucedeu a Dom Luis Antônio do Santos, foi antecessor de Dom Manoel da Silva Gomes. Filho de Manoel José Vieira e Maria Teolinda de Sousa (ASHEAF, Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza sem catalogação, ficha 33). Nasceu em Itapetininga, São Paulo, em 17 de janeiro de 1836 e faleceu em 8 de julho de 1917, na cidade de Campinas. Sua primeira visita pastoral em direção ao sul da Província iniciou-se em 14 de junho de 1884, e em direção ao norte da Província começou em 18 de junho de 1885 (ASHEAF, sem catalogação, ficha 35). Em seu bispado destacam-se a realização do Primeiro Sínodo Diocesano, em 1888, com a presença de 84 sacerdotes. Na tentativa de atenuar as irregularidades no patrimônio de São Francisco, em Canindé, confiou aquela paróquia aos frades capuchinhos (SILVEIRA, 2004, p. 296). Foi no episcopado de Dom Joaquim Vieira que acontece a Proclamação da República, o que exigiu do bispo uma medida para a manutenção do culto. Ele “tratou logo de lançar as bases de um patrimônio para a Mitra. Comprara 62 apólices da dívida pública com o dinheiro de suas economias” (FILHO; GIRÃO, 1945, p. 89). Foi o bispo da problemática de Juazeiro do Norte e padre Cícero Romão Batista, lutou enormemente contra a situação do *padim*. Participou do Concílio Plenário Latino-Americano em 1889. Ordenou 101 sacerdotes para o Ceará. Renunciou ao episcopado no ano em que a oligarquia acciolyna chegou ao fim.

Dom Manoel foi o terceiro bispo do Ceará e primeiro arcebispo de Fortaleza. Filho de Juvencio da Silva Gomes e Elisa Pinto da Silva Gomes (ASHEAF, sem catalogação, ficha 51), nasceu em Salvador, no dia 14 de março de 1874. Sagrado bispo no dia 29 de outubro de 1911, chegou a Fortaleza em 9 de fevereiro de 1912, como bispo residencial. Fundou o Círculo de Operários Católicos em 29 de 1912 (SILVEIRA, 2004, p. 121). A criação dos círculos operários católicos ocorreram a partir de 1915, com a fundação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (FARIAS, 2015, p. 356). O bispo, conhecido por suas qualidades intelectuais, entrou para a história do Ceará como brilhante orador. Uma iniciativa que marca também o início do seu episcopado foi a criação do Círculo Católico de Fortaleza, composto por intelectuais e profissionais liberais para pensar ações e estratégias para a Igreja local. O Círculo Católico foi fundado em 1913, acerca do qual assinala Airton de Farias:

Se o Círculo Católico enquadrava-se numa estratégia da Igreja de que era necessária a presença de católicos (destacadamente leigos) em todos os espaços da construção da vida social para o saneamento moral e a recristianização da sociedade, derrotando assim as “impiedades da modernidade”, na prática funcionou como uma escola política para a formação de um grupo homogeneizado ideologicamente aos valores da Igreja e que estaria na liderança do estado a partir dos anos 1920. (FARIAS, 2015, p. 356).

O objetivo era combater artistas e intelectuais liberais, maçons e comunistas que continuavam ganhando terreno. Dom Manoel conseguiu do papa Bento XV a criação de dois bispados no Ceará, Crato e Sobral, desmembrando-os e preparando a criação de uma arquidiocese, herdeira do bispado do Ceará. Fundou em 1922 o jornal *O Nordeste* (FARIAS, 2015, p. 357). Levou para o Ceará congregações como salesianos, sacramentinos, doroteias, salesianas e carmelitas. Faleceu no dia 14 de março de 1950, em Fortaleza (SILVEIRA, 2004, p. 121-122). No dia 20 de outubro de 1914 é expedida a bula *Catholicae Ecclesiae*, criando a diocese do Crato (STUDART, 2001, p. 229), cujo primeiro bispo, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, tomou posse a primeiro de janeiro de 1916 (STUDART, 2001, p. 234). A diocese de Sobral, por sua vez, foi criada pela bula *Catholicae Religionis Bonum*, a mesma que cria a arquidiocese de Fortaleza, no dia 10 de novembro de 1915, e tendo como primeiro bispo Dom José Tupinambá da Frota, que tomou posse da diocese no dia 22 de julho de 1916 (STUDART, 2001, p. 233-235).

Dom Antônio de Almeida Lustosa nasceu dia 11 de fevereiro de 1886, em São João Del Rei. Seu bispado durou 21 anos e seis meses, de 5 de novembro de 1941 a 29 de maio de 1963. Tomou posse na Igreja do Pequeno Grande, pois a Catedral estava sendo reconstruída. Erudito, destacou-se pela profusa produção de livros e cartas pastorais. Convocou o Segundo Sínodo Diocesano, em 1947. Fundou o Instituto de Cooperadores do Clero, leigos que ajudavam seus respectivos párocos no trabalho pastoral (FILHO; GIRÃO, 1945, p. 93). Fundou, também, o Instituto Josefino, ou Congregação das Josefinas, juntamente com monsenhor Luís de Carvalho Rocha e Rosita Paiva (SILVEIRA, 2004, p. 127). Faleceu no dia 14 de agosto de 1974, em Carpina, Pernambuco (SILVEIRA, 2004, p. 126-127).

Dom José de Medeiros Delgado, quinto bispo do Ceará e terceiro arcebispo de Fortaleza, nasceu no dia 28 de julho de 1905, na Fazenda Timbauba, então pertencente ao município de Pombal, hoje Condado, Paraíba. Filho de Manoel Porfírio Delgado e Francisca de Medeiros Delgado. Fez os estudos seminarísticos parte no Seminário de João Pessoa, parte em Roma, sendo ordenado presbítero por Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques no dia 2 de junho de 1929 (PORTO, 2007, p. 2-3). Foi bispo de Caicó, no Rio Grande Norte, de São Luís, no Maranhão, e de Fortaleza, de 8 de setembro de 1963 a 4 de abril de 1973, pedindo renúncia do governo da arquidiocese com 68 anos de idade. Entre suas realizações destacam-se a fundação do Centro de Treinamento Frederico Ponte (CETREFP), em Pacatuba, a organização da Fundação João XXIII, a aquisição da casa de praia no Pacheco, para lazer do clero, a construção da residência episcopal (PORTO, 2007, p. 65). Dom José de Medeiros Delgado foi padre conciliar durante o Concílio Vaticano II, e assumiu o Pacto das Catacumbas, por isso sua atuação no governo da arquidiocese é marcada pela concretização do pacto, sendo polêmicas as ações que efetivaram seu compromisso com a “Igreja das catacumbas”. Foi ainda em seu governo na arquidiocese que aconteceu o golpe civil-militar de 1964 e os anos mais rígidos do período militar, conhecidos como “anos de chumbo” do regime.

Considerações Finais

A Igreja Católica no Ceará, marcada pelo padroado, observa no final do período monárquico a estrutura eclesial consolidando-se em território cearense. A criação do bispado do Ceará, sucedido pela arquidiocese e pelas dioceses de Crato e Sobral, os primeiros bispos, as fundações realizadas, em uma época em que o ultramontanismo

adquiriu certa estabilidade mostrou a necessidade da Igreja Católica de ampliar suas estruturas, movida pelo desejo de evangelização e também pela busca de afirmação enquanto instituição, mas sempre cerceada em sua ação pelo Império. Já a arquidiocese, criada quando no Brasil o padroado havia sido extinto, permitiu perceber a maior liberdade de ação da Igreja no país, bem como as relações com a Nova República.

A situação real da nova arquidiocese não dista da realidade nordestina como um todo, porém, antes, faz parte deste contexto. O semiárido, as secas, as oligarquias locais constituem e plasmam a atmosfera e a contextura do Ceará. As secas de 1877 e 1915 marcaram o *éthos* cearense de modo indelével e propiciaram o desenvolvimento da indústria da seca e as oligarquias, de modo particular a oligarquia acciolyana. Os bispos, porta-vozes da estrutura eclesiástica, relacionaram-se com tal realidade, não se posicionaram com insensibilidade perante a realidade, mas estabeleceram relações de proximidade com as instâncias do poder secular e também fomentaram instituições que ampararam o povo mais simples, como seminário e colégios. Fazer o percurso do episcopado fortalezense leva a perceber que setores da Igreja Católica sempre se postaram no âmbito temporal, relacionando-se de modo ambíguo com realidades humanas. O estudo revelou a importância do catolicismo como componente da história de Fortaleza e do Estado do Ceará e a necessidade de reformas frequentes da instituição religiosa baseadas na sua fundamentação de fé.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (ASHEAF): ficha 33, ficha 35, ficha 51, sem catalogação.

Livros

AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.

BARBOSA, Francisco de Assis. Capítulo quarto. In: ARINOS, Afonso; QUADROS, Jânio (Org.). *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967, p. 93-121.

BARREIRA, Irllys Alencar. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 314-339.

BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977. t. III: O Brasil republicano, v. 2: Sociedade e instituições, p. 293-319.

CEHILA. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. t. II/2.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FILHO, Antônio Martins; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945.

GOMES, Edgar da Silva. A separação Estado-Igreja no Brasil. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 15, n. 58, p. 65-88.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1996. v. II: A era do Absolutismo.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1996. v. III: A era do Liberalismo.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. t. 2.

- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. t. 3.
- MCBRIEN, Richard P. *Os papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2013.
- MONDIN, Battista. *Dicionário enciclopédico dos papas*. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 76-102.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977. t. III: O Brasil republicano, v. 2: Sociedade e instituições, p. 135-178.
- PIVA, Elói Dionísio. Transição republicana: desafio e chance para a Igreja (I). *REB*, Petrópolis, v. 49, n. 195, p. 620-639.
- PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 162-191.
- PORTO, Márcio de Souza. *Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)*. 2007. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- SCHMIDT, B. História e biografia. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. F. (orgs.). *Novos domínios da História*. Campinas: Campus, 2012.
- SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na evangelização do Ceará (1700 a 2004)*. Fortaleza: Premium, 2004. v. I e II.
- SOUZA, Ney de. *O clero no Brasil e suas relações com a Mesa de Consciência e Ordens (1808-1828)*. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1998. Excerto da tese de doutorado.
- SOUZA, Ney de. Os caminhos do padroado no Brasil. *REB*, Petrópolis, v. 62, n. 247, p. 683-694.

- STUDART, Barão de (Guilherme). *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. t. III. Edição Fac-símile.
- VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida: Santuário, 2007.

Sites

<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 18 maio 2018.